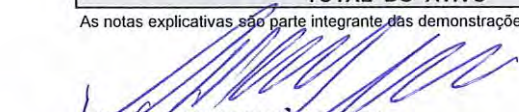





ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
BALANÇO PATRIMONIAL
INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DA GESTÃO ASSISTENCIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

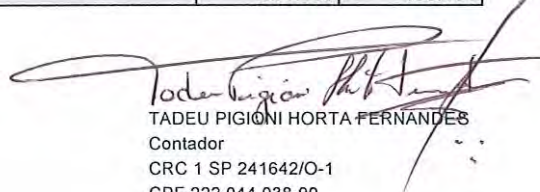
ATIVO		Nota	2018	2017	PASSIVO		Nota	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE			227.714	46.803	PASSIVO CIRCULANTE			32.145	33.719
Disponível			144	64	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	9	14.792	18.008	
Realizável			227.570	46.739	Provisões de Contraprestação Não Ganha (PPCNG)		3.613	3.433	
Aplicações Financeiras	5		220.086	39.832	Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		1.350	980	
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas			26.409	-	Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviço Assistenciais		4.648	8.099	
Aplicações Livres			193.677	39.832	Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona)		5.181	5.496	
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6		2.986	4.477	Débitos de Operações de Assistência à Saúde	10	2.344	121	
Contraprestação Pecuniária a Receber	6.1		1.994	3.563	Tributos e Encargos Sociais a recolher	11	544	971	
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	6.2		-	95	Débitos Diversos	12	14.465	14.619	
Outros Créditos de Op. com Planos de Assistência à Saúde	6.3		992	819					
Créditos Tributários e Previdenciários	7		2.717	2.416	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		170.355	165.267	
Bens e Títulos a Receber	8		1.781	14	Provisões para Ações Judiciais	13.2	170.355	165.267	
ATIVO NÃO CIRCULANTE			162.452	391.687					
Realizável a Longo Prazo			162.452	391.687	PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL	14	187.666	239.504	
Aplicações Financeiras	5		-	233.072	Ajustes de Avaliação Patrimonial		2.411	-	
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas			-	8.615	Lucros/Prejuízos - Superávits/Deficits Acumulados ou Resultado		185.255	239.504	
Aplicações Livres			-	224.457					
Depósitos Judiciais e Fiscais	13.4		162.452	158.615					
TOTAL DO ATIVO			390.166	438.490	TOTAL DO PASSIVO		390.166	438.490	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


ADILSON NASCIMENTO FERREIRA
 Diretor Superintendente
 CPF 626.989.406-97


MAURICIO MESSIAS
 Diretor de Seguridade
 CPF 097.549.218-73


GILMAR FERREIRA
 Diretor de Administração Substituto
 CPF 295.863.991-68


TADEU PIGIÃO HORTA FERNANDES
 Contador
 CRC 1 SP 241642/O-1
 CPF 222.044.038-90




ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO


INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DA GESTÃO ASSISTENCIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

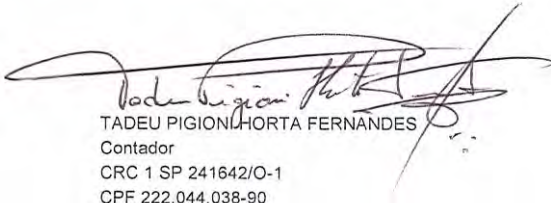
		R\$ mil	
	Nota	2018	2017
Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde		265.355	280.042
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	16	265.402	280.200
Contraprestações Líquidas		264.342	280.200
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		1.060	-
(-) Tributos Diretos de Op. com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(47)	(158)
Eventos Indenizáveis Líquidos	17	(316.363)	(323.797)
Eventos Conhecidos ou Avisados		(316.148)	(322.918)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(215)	(879)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(51.008)	(43.755)
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		-	30
Outras Receitas Operacionais		-	30
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(4.728)	(6.416)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(3.157)	(6.416)
Provisão para Perdas Sobre Crédito		(1.571)	-
RESULTADO BRUTO		(55.736)	(50.141)
Despesas Administrativas	18	(27.203)	(28.563)
Resultado Financeiro Líquido		28.690	28.276
Receitas Financeiras		28.690	28.276
RESULTADO LÍQUIDO		(54.249)	(50.428)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


ADILSON NASCIMENTO FERREIRA
Diretor Superintendente
CPF 626.989.406-97


GILMAR FERREIRA
Diretor de Administração Substituto
CPF 295.863.991-68


MAURICIO MESSIAS
Diretor de Seguridade
CPF 097.549.218-73

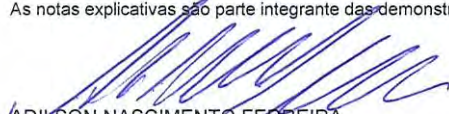

TADEU PIGION HORTA FERNANDES
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90



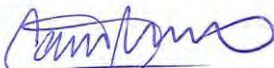
ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DA GESTÃO ASSISTENCIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017


	R\$ mil	
	2018	2017
Resultado Líquido	(54.249)	(50.428)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.411	-
Resultado abrangente total	(51.838)	(50.428)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


ADILSON NASCIMENTO FERREIRA
Diretor Superintendente
CPF 626.989.406-97


GILMAR FERREIRA
Diretor de Administração Substituto
CPF 295.863.991-68


MAURICIO MESSIAS
Diretor de Seguridade
CPF 097.549.218-73


TADEU PIGIOLI HORTA FERNANDES
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90




ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DA GESTÃO ASSISTENCIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017


R\$ mil


	RESERVAS DE LUCROS/ SOBRAS/ RETENÇÕES DE SUPERAVIT	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	289.932	289.932
(Prejuízo/deficit) do Exercício	(50.428)	(50.428)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	239.504	239.504
Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.411	2.411
Lucro/Superavit/Prejuízo Líquido do Exercício	(54.249)	(54.249)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	187.666	187.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


ADILSON NASCIMENTO FERREIRA
Diretor Superintendente
CPF 626.989.406-97


GILMAR FERREIRA
Diretor de Administração Substituto
CPF 295.863.991-68


MAURICIO MESSIAS
Diretor de Seguridade
CPF 097.549.218-73


TADEU PIGIONI HORTA FERNANDES
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90




ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Direto)
INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DA GESTÃO ASSISTENCIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017


R\$ mil

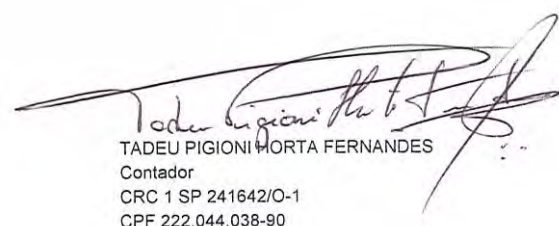
	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimentos de Plano Saúde	287.346	280.920
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	308.525	292.561
(+) Outros Recebimentos Operacionais	2.092	4.493
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(341.711)	(319.157)
(-) Pagamentos de Pessoal	(16.536)	(15.693)
(-) Pagamentos de Pró-Labore	(316)	(273)
(-) Pagamentos de Serviços Terceiros	(6.199)	(6.105)
(-) Pagamentos de Tributos	(9.666)	(9.943)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(733)	(3.664)
(-) Aplicações Financeiras	(222.418)	(222.766)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	384	373
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	(304)	(353)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(304)	(353)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		
	80	20
Caixa - Saldo Inicial	64	44
Caixa - Saldo Final	144	64
Ativos Livres no Início do Período	264.353	306.516
Ativos Livres no Final do Período	193.821	264.353
AUMENTO/ (DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	(70.532)	(42.163)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


ADILSON NASCIMENTO FERREIRA
Diretor Superintendente
CPF 626.989.406-97


GILMAR FERREIRA
Diretor de Administração Substituto
CPF 295.863.991-68


MAURICIO MESSIAS
Diretor de Seguridade
CPF 097.549.218-73


TADEU PIGIOTTI MORTA FERNANDES
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

a) Informações Gerais

O **Economus - Instituto de Seguridade Social** (“Economus” ou “Entidade”), CNPJ nº. 49.320.799/0001-92, com sede na Rua Quirino de Andrade, n.º 185, em São Paulo/SP, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 1º de setembro de 1977, registrada na ANS sob o nº 34.261-1, para operar planos de assistência à saúde, conforme Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

A Gestão Assistencial do Economus tem por finalidade oferecer assistência à saúde suplementar, na modalidade de autogestão, aos beneficiários titulares vinculados ao extinto Banco Nossa Caixa S.A., atualmente vinculados ao Banco do Brasil S.A., aos empregados do Economus e aos participantes do Feas (PAMC e Básico) e Novo Feas vinculados aos Regulamentos Geral e Complementar nº 1, e aos respectivos dependentes.

Em 25 de julho de 2014, após aprovação da ANS em 10 de fevereiro de 2014, o Plano Economus Família com registro na ANS nº 470.596/14-3, destinado aos dependentes não preferenciais dos participantes ativos e assistidos do Economus, bem como para atender funcionários em LIP (Licença por Interesse Particular) e os titulares sem vínculo previdenciário após o desligamento com o patrocinador, iniciou suas operações e houve a transferência da carteira dos beneficiários Autossustentáveis dos planos de saúde Plus, Plus II e EcoSaúde II.

Na Gestão Assistencial, são observadas as disposições descritas na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e alterações posteriores, nas Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), bem como no Estatuto Social do Economus, Regimentos Internos, Regulamento de cada plano de saúde e nas decisões proferidas pela Administração do Economus.

b) Equilíbrio Econômico-Financeiro dos planos de Saúde vinculados ao Fundo Feas

No ano de 2018 o dispêndio total com os planos Feas PAMC, Feas Básico e Novo Feas atingiu R\$ 123.377 mil. Deste valor, os beneficiários pagaram R\$ 40.150 mil (32,54%), enquanto o Fundo Feas pagou R\$ 83.227 mil (67,46%), dos quais R\$ 26.248 mil são provenientes de receitas financeiras do Fundo (Receitas Financeiras – Despesas Financeiras) e R\$ 56.979 mil de capital do Fundo, que corresponde ao valor do Resultado Operacional do exercício.

Diversos fatores têm contribuído com o aumento dos custos médicos e, conseqüentemente, exigido ajustes nas mensalidades dos planos de saúde, sendo os principais deles: aumento da expectativa de vida da população; elevação na frequência de utilização dos serviços de saúde e inclusão de novas tecnologias no rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Diante da necessidade de promover ações para manter o equilíbrio financeiro dos planos e proporcionar maior longevidade ao Fundo, sempre primando pelo princípio da transparência, a Diretoria Executiva realizou diversos encontros, em todo o Estado, com lideranças e participantes durante o ano de 2018 para elucidar a situação dos planos Feas e demonstrar os impactos decorrentes de fatores externos que se agravam quando considerados: o perfil dos beneficiários, o padrão de serviços oferecidos, o crescimento da utilização dos planos e o

Economus - Instituto de Seguridade Social
Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

nível de judicialização. Com esse cenário e de acordo com a última avaliação atuarial, haverá iminente esgotamento do Fundo Feas, caso não sejam tomadas medidas no curto prazo.

Com base nos estudos atuariais e debates realizados no âmbito da Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo do Economus, foi aprovada, como medida preliminar e emergencial, a atualização dos valores mínimos (pisos) das mensalidades dos referidos planos, permanecendo inalterados, neste momento, os percentuais de contribuição sobre os rendimentos dos participantes. Essas alterações passaram a vigorar a partir de janeiro/2019. Com isso, estima-se um aumento da arrecadação em relação ao total das despesas.

O aumento nos pisos de contribuição foi a primeira medida para buscar equilíbrio entre despesas e receitas. Contudo, são necessárias novas medidas estruturantes, que deverão alcançar todos os beneficiários que utilizam os planos Feas, buscando a sustentabilidade econômico-financeira no longo prazo. Para tanto, estão em curso estudos atuariais e regulatórios que preveem mudanças na modelagem dos planos e na composição das mensalidades e coparticipações.

Além das medidas estruturantes em fase de estudo, foi ampliado em 2018 o trabalho de gestão das despesas assistenciais, o que gerou uma significativa eficiência em relação aos valores apresentados pelos prestadores e os valores efetivamente pagos pelo Instituto. Os principais itens negociados foram: dietas enterais, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), medicamentos, auditoria de internações, glosas de procedimentos sem pertinência técnica, renegociação de contratos de prestadores de serviços e início de uma ampla revisão da rede credenciada.

Estas ações voltadas para a revisão do custeio e gestão das despesas assistenciais reforçam o dever de diligência da Governança do Economus, que visa manter uma assistência médica de qualidade com o adequado equilíbrio financeiro dos planos administrados.

O Economus possui 43.749 vidas assistidas (44.672 vidas, em 2017) e administra os seguintes planos assistenciais:

Plano	Custeio	População 2018	População 2017	Principais Características
Básico ANS nº 400.593/98-7	Banco do Brasil	77	80	Contratação: Coletivo por Adesão; Empregados ativos, aposentados dos Grupo B (Regulamento Complementar nº 1), Grupo A (Regulamento Complementar nº 2), Grupo C (Regulamento Geral) e seus dependentes, residentes na capital - São Paulo; Acomodação em enfermaria.
PAMC ANS nº 400.594/98-5	Banco do Brasil	399	419	Contratação: Coletivo por Adesão; Empregados ativos, aposentados e pensionistas dos grupos A, B, C e seus dependentes, residentes na interior do Estado de São Paulo; Acomodação em apartamento.
Plus ANS nº 400.597/98-0	Banco do Brasil Autossustentável	11.184 10	11.805 14	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos (admitidos até 31.12.2000), aposentados e pensionistas dos grupos A, B, C e seus dependentes preferenciais (para o grupo "A", até 24 anos, se universitário); Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
Plus II ANS nº 435.934/01-8	Banco do Brasil Autossustentável	13.342 1	13.324 1	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos (admitidos a partir de 01/01/01), aposentados e pensionistas do grupo C e seus dependentes preferenciais; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.

Economus - Instituto de Seguridade Social
Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Plano	Custeio	População 2018	População 2017	Principais Características
Feas Básico ANS nº 400.595/98-3	Feas	429	443	Contratação: Coletivo por Adesão; Aposentados e pensionistas dos grupos B e C e seus dependentes preferenciais; Cobertura em todo Estado de São Paulo; Acomodação em apartamento.
Feas PAMC ANS nº 400.596/98-1	Feas	3.040	3.092	Contratação: Coletivo por Adesão; Aposentados e pensionistas dos grupos B e C e seus dependentes preferenciais; Cobertura em todo Estado de São Paulo; Acomodação em apartamento.
Novo Feas ANS nº 469.503/13-8	Feas	9.407	9.328	Contratação: Coletivo por Adesão; Participantes aposentados e pensionistas assistidos pelo Economus, futuros aposentados desde que inscritos como participantes, previdenciário e assistencial e seus dependentes preferenciais; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
EcoSaúde II ANS nº 469.920/13-3	Economus Autossustentável	399 1	448 1	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos, ex-empregados aposentados por invalidez e seus dependentes preferenciais; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
Economus Família ANS nº 470.596/14-3	Autossustentável	5.460	5.717	Contratação: Coletivo por Adesão; Os participantes e assistidos dos planos previdenciários administrados pelo Economus e familiares consanguíneos ou afins até 3º grau.; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.

2 Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As informações suplementares da Gestão Assistencial foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As Demonstrações Contábeis individuais estão apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa (RN) nº 418 de 26 de dezembro de 2016.

A Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que alterou, revogou e introduziu novos conceitos à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, estendeu a sua aplicação às demais sociedades, em especial quanto à elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis.

Nas Demonstrações Contábeis as informações suplementares da Gestão Assistencial, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual o Economus opera. As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de Reais.

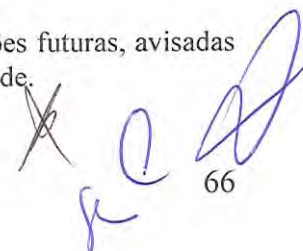
3 Resumo das Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas Demonstrações Contábeis.

a. Apuração do Resultado: o resultado das transações é apurado em observância ao Princípio de competência dos exercícios, em que se destacam:

- As receitas relativas às contraprestações efetivas de operações com planos médico-hospitalares são reconhecidas no efetivo período de cobertura de risco.
- As despesas relativas aos eventos indenizáveis são reconhecidas por ocasião da apresentação das guias de serviço médico-hospitalares pelos prestadores de serviço de saúde.
- As provisões técnicas são constituídas de forma a refletir as obrigações futuras, avisadas e não avisadas, decorrentes da operação de planos de assistência à saúde.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis



Economus - Instituto de Seguridade Social**Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017***(Em milhares de Reais)*

- Outras receitas e despesas são reconhecidas quando da prestação de serviço e/ou de seu faturamento.

b. Estimativas Contábeis

Os números apresentados nas Demonstrações Contábeis são baseados em pressupostos e estimativas da administração, com relação às expectativas futuras de recebimentos e pagamentos das transações e eventos econômicos ocorridos até o presente período. Os pressupostos e estimativas são inerentes ao processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil e são significativamente afetados pela complexidade das atividades operacionais desempenhadas pela Entidade. Os valores reais dos fluxos de caixa futuros podem divergir dos valores estimados, quando da materialização dos eventos que geraram essas estimativas, as quais são revisadas periodicamente.

c. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos de seu rendimento e ajustados a valor de mercado.

d. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Os créditos são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados pelas provisões estimadas para eventuais perdas.

e. Demais Ativos

Os demais elementos patrimoniais do Ativo Circulante e do Ativo Não Circulante são mensurados pelo valor de custo, acrescidos, quando aplicáveis, dos rendimentos e das variações monetárias auferidas.

f. Provisões Técnicas

Constituídas de acordo com pronunciamentos emitidos pela ANS, estas provisões são representadas pela (I) Provisão de Contraprestação Não Ganha (PCNG), constituída pela parcela de contraprestação referente ao período de risco a decorrer no mês de competência; (II) Provisão de Eventos a Liquidar (PEL), calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde recebidas pela operadora; e (III) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona), calculada com base em metodologia estabelecida pela ANS (Nota Explicativa 9).

g. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

As Provisões para Ações Judiciais são constituídas para situações de risco de futuros desembolsos financeiros, mensuradas com base em estimativas dos valores das obrigações.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, porém, quando há evidência que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Os depósitos judiciais e recursais são atualizados mensalmente segundo os critérios de indexação determinados pelo tribunal onde tramita o processo judicial (taxa de poupança) e, em caso ação tributárias, que tramitam perante a Justiça Federal, o indexador adotado é a taxa Selic.

Economus - Instituto de Seguridade Social**Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017***(Em milhares de Reais)***h. Provisões para Perdas Sobre Crédito (PPSC)**

É constituída para fazer face às possíveis perdas relativas aos créditos pendentes de recebimento, oriundos dos planos Básico, PAMC, Plus, Plus II, Feas Básico, Feas PAMC, Novo Feas, EcoSaúde II e Economus Família. A referida provisão é constituída em conformidade com a RN nº 418, de 26 de dezembro de 2016, da ANS, a qual estabelece que, havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato deverá ser provisionada (Nota Explicativa 6.1).

i. Imposto de Renda, Contribuição Social e Contribuições

O Economus, conforme consta em seu Estatuto, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos e, de acordo com sua forma de tributação é Isento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), conforme determina o § 3º do art. 15 da Lei nº 9.532/1997, alterado pelo art. 10 da Lei nº 9.718/1998 e isento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de acordo com o art. 5º da Lei nº 10.426/2002, combinados com a Instrução Normativa RFB nº 1.315/2013. Em relação ao PIS e a Cofins, a apuração é efetuada com base na Lei nº 9.718/1998, porém, o Economus questiona judicialmente a legalidade da tributação de suas atividades por tais contribuições, depositando judicialmente as parcelas de PIS e Cofins vincendas desde o ingresso da ação.

j. Demais Passivos

Os demais elementos patrimoniais do Passivo Circulante e do Passivo não Circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

4 Controles Internos e Gerenciamento de Riscos

Com foco na concretização de seus objetivos estratégicos e na promoção de eficiência operacional em seus processos, o Economus atuou no sentido de conhecer os riscos aos quais estava exposto para implementação de controles internos para mitigá-los.

Para tanto, em 2018, a Entidade iniciou a implantação de um Programa de Eficiência e Otimização Operacional para revisão de seus processos sob o aspecto da eficiência e da otimização operacional, cujos resultados deverão contribuir com a mitigação de riscos operacionais e de continuidade de seus negócios.

Dentre as ações implementadas no Programa, documentos institucionais relacionados à gestão de riscos foram formalizados, tais como as Políticas de Segurança da Informação e de Gestão da Continuidade de Negócios. Também, o mapa de macroprocessos foi reavaliado pela Entidade, sendo os processos classificados como de alta, média e baixa relevância sob o aspecto de ganhos de eficiência e de risco operacional. O trabalho de mapeamento da situação atual dos processos (as is) também foi iniciado.

Os principais riscos monitorados pelo Economus e suas métricas, quando aplicáveis, são:

a. Risco de Crédito

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de cláusulas nos instrumentos e contratos financeiros componentes da carteira de investimentos e de valores a receber da Entidade.

Economus - Instituto de Seguridade Social**Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017***(Em milhares de Reais)*

Quando realizou investimentos em Títulos e Valores Mobiliários de Instituições, o Economus observou as notas de classificação de risco de crédito atribuídas pelas principais agências de classificação de risco de mercado, fatores relacionados às avaliações técnicas de risco, além das características próprias de mercado.

Para os casos de ativos adquiridos pela Gestão Direta e Fundos de Investimento Exclusivos, o Economus observou o Limite Técnico adicional para Instituições Financeiras, cuja metodologia tem por objetivo definir a forma de cálculo do limite de investimento, de monitoramento da exposição e de controle de concentração dos recursos investidos. Esta modelagem, definida em normativo interno, observa o *rating* atribuído pela agência classificadora de risco contratada e, necessariamente, é analisada e aprovada pelo Comitê de Investimentos da Entidade.

b. Risco de Mercado

O risco de mercado é definido pela possibilidade de perdas decorrentes de flutuações adversas nos preços dos fatores de mercado que afetam os valores dos ativos financeiros da Entidade.

Em aderência à legislação aplicável, à Política de Investimentos e às melhores práticas de mercado, durante o ano de 2018 foram realizadas a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento do risco de mercado por meio do *Value at Risk* (VaR), para investimentos em renda fixa, e do *Tracking Error*, para renda variável.

O VaR estima a maior perda possível, com certo nível e confiança, em determinado horizonte de tempo, enquanto o *Tracking Error* aponta o risco de descasamento em determinado horizonte de tempo em relação a um parâmetro de referência.

Foram utilizados também, cenários econômicos-base e de estresse (*Stress Test*) para avaliar o comportamento dos ativos em diversas conjunturas econômicas.

O *Stress Test* consiste em verificar os impactos financeiros decorrentes de cenários de mercado com variações mais acentuadas nos preços e taxas do que aquelas observadas em cenários estáveis.

c. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é observado quando da possibilidade de perdas decorrentes da necessidade de liquidar ativos ou tomar recursos em condições adversas por necessidade de caixa.

O Economus monitorou o risco de liquidez a partir de cenários de curto, médio e longo prazos, de forma a se buscar a alocação adequada às necessidades de recursos e de performance do Instituto.

Quando monitorou recursos alocados a curto prazo, utilizou metodologia estabelecida em Normativo Interno, denominada Índice de Cobertura de Liquidez (ICL), que tem como objetivo determinar um percentual mínimo de alocação em ativos de liquidez imediata, como ativos ou fundos de investimento em renda fixa, para fazer frente aos compromissos de curto prazo.

Para os monitoramentos de Médio e Longo Prazo observou o comportamento dos ativos líquidos (caixa), considerando a aquisição, manutenção ou venda de ativos de médio prazo (2020 a 2023) e de longo prazo (posterior a 2022).

Economus - Instituto de Seguridade Social**Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017***(Em milhares de Reais)*

Este monitoramento é realizado por meio de Estudo de Gestão de Ativos e Passivos, cujo conteúdo na íntegra pode ser observado no Relatório de Gestão de Estudos de Ativos e Passivos, disponível na parte da Gerência de Investimentos.

d. Risco de Terceirização

O risco de terceirização é a possibilidade de perdas decorrentes de situações em que os serviços prestados ou os processos executados por meio de terceirização não atinjam os padrões contratados e esperados.

Na administração dos recursos financeiros, há a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos da Entidade. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades aos gestores externos sem, porém, isentar a Entidade de suas responsabilidades perante os órgãos fiscalizadores.

O Economus apresenta um processo estruturado para escolha e acompanhamento de seus gestores, em linha com o que estabelece o Guia de Melhores Práticas em Investimentos Previc. Esse modelo contempla a descrição do histórico, justificativas e documentação pertinente à Seleção e Monitoramento de Gestores.

e. Risco Operacional

O risco operacional caracteriza-se pela possibilidade de perdas decorrentes da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos da Entidade, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

A Entidade tem atuado para fortalecer seus processos internos e implementar boas práticas de governança em suas rotinas.

Nesse sentido, o Programa de Eficiência e Otimização Operacional, citado anteriormente, apresentou em sua frente Excelência Operacional a revisão e proposição de melhorias de processos para redução de riscos operacionais, aumento de produtividade e eficiência operacional.

A etapa de mapeamento dos processos, prevista na referida frente, foi iniciada em 2 de outubro de 2018. Este trabalho tem impacto na gestão do Risco Operacional, pois permite à Entidade implementar melhorias nos seus processos, além da possibilidade de identificar pontos de atenção e de atuar na mitigação de riscos.

O trabalho desenvolvido dentro do referido Programa, realizado concomitantemente pelos empregados da Entidade e por uma consultoria especializada contratada, contribuiu, em suas fases iniciais, para a disseminação de conhecimento entre os empregados das unidades e, portanto, para o aprendizado e gestão do conhecimento interno da Entidade.

Os processos de Gestão da Continuidade de Negócios e de Segurança da Informação passaram por verificação pela Auditoria Interna. As recomendações de melhoria propostas para ambos tiveram o início de sua implementação ainda em 2018. Desta forma, pretende-se fortalecer dois importantes processos da Entidade.



Economus - Instituto de Seguridade Social**Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017***(Em milhares de Reais)***f. Risco Legal**

O risco legal se configura quando da possibilidade de perdas decorrentes de penalidades ou decisões desfavoráveis em aspectos legais e regulamentares que envolvam os contratos firmados e as obrigações previdenciárias, fiscais, trabalhistas e societárias da Entidade.

Para assegurar a conformidade em seus processos, a Entidade manteve contínua observação sobre o ambiente regulatório que orientou seus negócios, a partir do monitoramento do cumprimento das obrigações legais emitidas pelos órgãos reguladores, em especial, de Previdência e de Assistência à Saúde. Para tanto, utilizou ferramenta automatizada de monitoramento de Obrigações Legais e Institucionais, contratada junto à empresa de consultoria especializada em gerenciamento de riscos.

Na Gestão de Investimentos, tem sido utilizado *software* específico para verificação, mensuração e quantificação da aderência de todas as carteiras de investimentos, de acordo com a legislação aplicável às EFPCs (Entidades Fechadas de Previdência Complementar) e às Políticas Institucionais da Entidade.

g. Risco Sistêmico

O risco sistêmico é observado quando da possibilidade de perdas decorrentes de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do Sistema Financeiro Nacional.

O Economus entende que a diversificação é um fator determinante para a mitigação do risco sistêmico. Para atuar na redução deste risco, a Entidade alocou seus recursos em diversos setores, emissores e gestores externos, assim como analisou diferentes indicadores de desempenho para o investimento, de modo a amenizar o impacto de crises de grande magnitude sobre os ativos dos Planos.

Além disso, observou também a diversificação entre os vários setores de atividade econômica, de modo a distribuir o risco entre os setores financeiro e não financeiro, bem como entre os diversos segmentos do setor não financeiro.

A combinação do acompanhamento destes limites e diversificações propostas, juntamente com os demais controles de risco de mercado e teste de stress, definidos na Política de Investimentos, são os controles utilizados para reduzir o risco sistêmico na gestão dos Planos.

h. Risco Atuarial

Risco atuarial é a possibilidade de perdas decorrentes da inadequação nos planos de benefícios administrados pela Entidade.

Segundo o Guia Previc de Melhores Práticas em Fundos de Pensão, o gerenciamento do risco atuarial visa garantir os padrões de segurança econômico-financeira, haja vista a finalidade específica de manutenção da liquidez, solvência e equilíbrio dos planos.

No exercício de 2018, foi realizado estudo de aderência das hipóteses biométricas, demográficas (mortalidade geral, de inválidos, entrada em invalidez/auxílio-doença e rotatividade) e econômico-financeiras (crescimento salarial, fator de capacidade e convergência de taxa de juros), por meio do qual o atuário responsável indica as premissas aderentes e que refletem as características dos planos e de suas populações.

As avaliações atuariais dos planos de benefícios demonstram a situação financeira e atuarial

Economus - Instituto de Seguridade Social
Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

de cada um dos planos, por meio de suas respectivas provisões matemáticas, calculadas e posicionadas em uma determinada data-base. Na avaliação, foram verificados os custos e estabelecidos os planos de custeio, de modo a assegurar a existência de recursos suficientes para garantir o pagamento dos benefícios contratados.

Também têm sido desenvolvidos, com periodicidade mínima anual, estudos de ALM (*Asset Liability Management*) para cada um dos planos de benefícios administrados, com o objetivo de orientar a elaboração do planejamento financeiro e identificar a melhor alocação dos ativos, considerando risco, liquidez e rentabilidade.

i. Risco de Imagem

O risco de imagem é caracterizado pela possibilidade de perdas decorrentes da veiculação de informações negativas sobre a Entidade, gerando desgaste de sua imagem junto ao mercado e às autoridades.

Prejuízos à imagem podem ser causados em decorrência de uma alocação em ativos não condizentes com os objetivos da Entidade e/ou que ferem os limites estipulados em sua Política de Investimentos, pelo não cumprimento de legislação em vigor, o que pode gerar penalidades, multas ou indenizações perante órgão regulador e/ou fiscalizador ou, ainda, por divulgação de informações inadequadas, incompletas ou imprecisas.

Desta forma, foram realizados monitoramentos internos, com foco no relacionamento da Entidade junto a sua comunidade e, ainda, em sua conformidade com o ambiente regulatório ao qual está exposta. No que tange ao ambiente externo, sob o aspecto financeiro, pela consultoria especializada em gestão de riscos financeiros, foi realizado acompanhamento sobre a reputação das empresas com as quais nos relacionamos quando realizamos investimentos e/ou participações, no sentido de que suas ações não afetassem a imagem ou, efetivamente, o patrimônio da Entidade.

5 Aplicações Financeiras

A carteira de investimentos é composta pelos seguintes papéis:

Descrição	Composição dos Investimentos			2017 31 de dezembro
	2018		31 de dezembro	
	Até 360 dias	Acima de 360 dias		
Títulos Públicos	9.580	-	9.580	8.615
Notas do Tesouro Nacional	2.498	-	2.498	1.959
Notas do Tesouro Nacional B	2.498	-	2.498	1.959
Letras Financeiras do Tesouro	7.082	-	7.082	6.656
Letras Financeiras do Tesouro	7.082	-	7.082	6.656
Vinculados a Provisões Técnicas	9.580	-	9.580	8.615
Fundos de Investimento	16.829	-	16.829	-
Renda Fixa	16.829	-	16.829	-
Fundo de Renda Fixa	16.829	-	16.829	-
Lastreados a Provisões Técnicas	16.829	-	16.829	-
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	26.409	-	26.409	8.615
Títulos Públicos	85.464	-	85.464	145.076
Notas do Tesouro Nacional	85.464	-	85.464	145.076
Notas do Tesouro Nacional B	85.464	-	85.464	145.076
Créditos Privados e Depósitos	50.895	-	50.895	45.838
Letras Financeiras Privadas	50.895	-	50.895	45.838
Letras Financeiras Privadas	50.895	-	50.895	45.838
Fundos de Investimento	57.318	-	57.318	73.375
Renda Fixa	27.654	-	27.654	42.994
Fundo de Renda Fixa	27.654	-	27.654	42.994
Direitos Creditórios	-	-	-	2.642
Fundos de Direitos Creditórios	-	-	-	2.642
Fundos de Investimento Estruturado	29.664	-	29.664	27.739
Fundos de Participações	29.664	-	29.664	27.739
Aplicações Livres	193.677	-	193.677	264.289
Aplicações Financeiras	220.086	-	220.086	272.904

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Economus - Instituto de Seguridade Social
Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Os ativos financeiros são aplicados no mercado financeiro em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Política de Investimento, tendo a seguinte composição:

Descrição	Nível hierárquico	2018		2017	
		Valor Contábil	Valor de mercado	Valor Contábil	Valor de mercado
Valor justo por meio de resultado		220.086	220.086	46.487	46.487
Títulos Públicos - LFT	1	7.082	7.082	6.655	6.655
Títulos Públicos Federais - NTN	1	87.962	87.962	-	-
Títulos Privados - CDB/RDB/LF	1	50.895	50.895	-	-
Fundos de Renda Fixa	2	44.483	44.483	39.832	39.832
Fundos de Investimentos Estruturados	2	29.664	29.664	-	-
Títulos mantidos até o vencimento		-	-	226.417	232.712
Títulos Públicos Federais - NTN	1	-	-	147.034	153.329
Títulos Privados - CDB/RDB/LF	1	-	-	45.838	45.838
Fundos de Renda Fixa	2	-	-	5.806	5.806
Fundos de Investimentos Estruturados	2	-	-	27.739	27.739
Total dos Ativos Financeiros		220.086	220.086	272.904	279.199

Em 2018, o Economus reclassificou os investimentos para o valor justo por meio do mercado (Ativo Circulante) independente do prazo de vencimento, uma vez que devido a continuidade operacional dos planos de saúde vinculados ao Fundo Feas não foi possível comprovar a capacidade de mantê-los até o vencimento (Realizável a Longo Prazo).

Abaixo, de acordo com o CPC 40, estão apresentadas as definições da hierarquia do valor justo dos ativos financeiros:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

6 Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

6.1 Contraprestação Pecuniária a Receber

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos beneficiários dos planos de assistência à saúde administrados pelo Economus, conforme segue:

Descrição	2018	2017
Cobertura Assistencial com Preço Prestabelecido	394	1.488
Contraprestações a Receber Bruto	3.913	4.656
(-) Provisão para Perdas sobre Crédito	(3.519)	(3.168)
Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido	1.600	2.075
Contraprestações a Receber Bruto	5.858	5.868
(-) Provisão para Perdas sobre Crédito	(4.258)	(3.793)
Total de Contraprestação Pecuniária a Receber	1.994	3.563

6.2 Créditos de Operações de Administração de Benefícios

Nesse grupo, são registrados os valores a receber da taxa de administração com a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Taxa de Administração sobre os Investimentos do Feas	-	95
Total dos Créditos de Operações de Administração de Benefícios	-	95

Economus - Instituto de Seguridade Social
 Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

6.3 Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

São registradas participações dos beneficiários em eventos indenizáveis de coparticipação a receber e outros valores a receber. Sua composição é representada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis	122	38
Coparticipação a Receber	2.405	1.566
(-) Provisão para Perdas sobre Crédito	(2.283)	(1.528)
Outros Créditos de Operações com Planos	870	781
Outros Créditos a Receber	870	781
Total de Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	992	819

7 Créditos Tributários e Previdenciários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os títulos e contribuições a recolher apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Créditos Tributários	802	802
Imposto de Renda a Recuperar ^(a)	585	585
INSS a recuperar	217	217
Outros Créditos a Receber	1.915	1.614
PIS/Cofins/CSLL a compensar / restituir	243	243
PIS/Cofins a Recuperar ^(b)	1.672	1.371
Total dos Créditos Tributários e Previdenciários	2.717	2.416

(a) IR/CSLL a recuperar sobre as taxas administrativas de junho de 2010 a agosto de 2013. Em 02 de julho de 2015, foi enviado à Receita Federal do Brasil o pedido de restituição.

(b) PIS/Cofins a recuperar sobre as taxas administrativas de junho de 2010 a agosto de 2013. Em 17 de julho de 2015, foi enviado à Receita Federal do Brasil o pedido de restituição.

8 Bens e Títulos à Receber

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Outros Créditos a Receber	1.781	14
Valores a Receber entre os Planos de Saúde da Operadora ^(a)	1.781	14
Total dos bens e títulos a receber	1.781	14

(a) IR/CSLL a recuperar sobre as taxas administrativas, transferido para rubrica "Créditos Tributários e Previdenciários".

9 Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Provisão para Prêmios ou Contribuições não Ganhas (PPCNG) ^(a)	3.613	3.433
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS ^(b)	1.350	980
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviço Assistenciais ^(c)	4.648	8.099
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona) ^(d)	5.181	5.496
Total de Provisão Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	14.792	18.008

Constituídas com o objetivo de refletir obrigações futuras esperadas, decorrentes da operação de planos de assistência à saúde.

(a) **Provisão para Prêmios ou Contribuições não Ganhas (PPCNG):** provisão de receitas não ganhas aplicável ao Economus Família, isto é, do montante provisionado do contrato cujo período de cobertura do risco não tenha transcorrido.

Economus - Instituto de Seguridade Social
Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

- (b) **Provisão de Eventos a Liquidar (PEL) para o Sistema Único de Saúde (SUS):** provisão de ressarcimento ao SUS, referente às despesas assistenciais decorrentes de atendimento de benefícios do Economus na rede pública de saúde. Esses valores estão registrados na contabilidade por meio dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI) e pela média dos atendimentos demonstrados no site da ANS relacionados ao Economus.
- (c) **Provisão de Eventos a Liquidar (PEL) para Outros Prestadores de Serviço Assistencial:** provisão regulamentada pela RN nº 393/2015 e alterações posteriores, que deve ser constituída para fazer frente aos valores a pagar, por eventos avisados.
- (d) **Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona):** provisão regulamentada pela RN nº 393/2015 e alterações posteriores cujo objetivo é efetuar estimativas atuariais para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e não registrados contabilmente para o Economus Família.

De acordo com a RN 392/2015 e alterações posteriores, as provisões técnicas, com exceção da PPCNG e da parcela de eventos a liquidar com menos de 60 dias, devem ser cobertas por ativos garantidores vinculados, na proporção de um para um. Abaixo, está demonstrada a suficiência de garantias financeiras do Economus.

Descrição	2018	2017
Ativos Garantidores	9.580	8.615
Aplicações Vinculadas às Provisões Técnicas	9.580	8.615
Provisões Técnicas	6.832	6.989
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	1.350	980
Provisão de Eventos a Liquidar	301	513
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados	5.181	5.496
Sobra de Garantias Financeiras Vinculadas	2.748	1.626

10 Débitos de Operações de Assistência à Saúde

Está apresentada, a seguir, a composição analítica dos valores registrados na rubrica contábil "Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde", em dezembro de 2018 e 2017:

Descrição	2018	2017
Intercâmbio a Pagar de Corresponsabilidade Transferida	2.339	-
Taxa de Administração sobre Investimentos	-	95
Devoluções de Contribuições	-	21
Outros Gastos com Prestação de Serviços	5	5
Total de Débitos de Operações de Assistência à Saúde	2.344	121

11 Tributos e Encargos Sociais a recolher

Descrição	2018	2017
Tributos e Contribuições	45	420
Contribuições Previdenciárias	45	420
Retenções de Impostos e Contribuições	499	551
Imposto de Renda Retido na Fonte de Terceiros	116	131
Imposto Sobre Serviços Retidos na Fonte	46	45
Contribuições Previdenciárias Retidas de Terceiros	29	44
Outros – PIS/Cofins/CSLL sobre Prestação de Serviço Médico	308	331
Total de Tributos e Encargos Sociais a recolher	544	971

São registrados, nesse grupo de contas, todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços médico-hospitalares, tais como Imposto de Renda, Contribuições Federais sobre serviços de terceiros, INSS sobre honorários e ISS a recolher.

Economus - Instituto de Seguridade Social
 Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

12 Débitos Diversos

Contemplam obrigações que não estão relacionadas à prestação de serviços de saúde. A composição dos débitos é a seguinte:

Descrição	2018	2017
Fornecedores de serviço	63	33
Contas a Pagar	63	33
Outros débitos a pagar	14.402	14.586
Valores Recebidos a Maior	262	-
Taxa de Custódia a Pagar dos Investimentos	1	1
Valores a Reembolsar à Gestão Previdencial ^(a)	2.277	2.723
Valores a Reembolsar do INSS sobre os 15% das Cooperativas Médicas ^(b)	11.862	11.862
Total de Débitos Diversos	14.465	14.619

(a) Referem-se ao repasse das despesas administrativas estruturais da Gestão Assistencial para o Plano de Gestão Administrativa (PGA) de dezembro de 2018.

(b) O Economus teve decisão favorável da ação do INSS sobre os 15% das cooperativas médicas, processo nº 0032701-53.2008.4.01.3400. Em dezembro de 2015, obteve alvará de levantamento dos depósitos judiciais no montante de R\$ 15.891 (atualizado monetariamente pela Selic, descontando os honorários dos assessores jurídicos especializados), demonstrado a seguir o reembolso aos custeadores:

Posição do INSS 15% das cooperativas (Custeadores)						
Descrição	Banco do Brasil	Feas	Novo Feas	Autossustentável	EcoSaúde II	Total
Depósito Judicial	9.018	1.934	387	722	20	12.081
Atualização Monetária	2.844	610	122	228	6	3.810
Total	11.862	2.544	509	950	26	15.891

O Economus aguarda instruções dos assessores jurídicos com relação à recuperação dos valores recolhidos nos últimos cinco anos anteriores ao ingresso da ação judicial.

13 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

13.1 Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

13.2 Provisões para Ações Trabalhistas, Cíveis e Tributárias - Prováveis

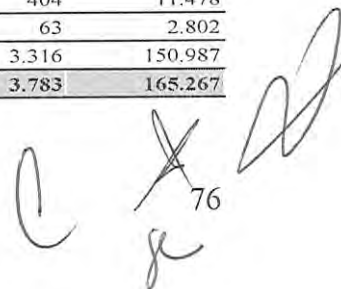
O Economus faz semestralmente avaliação de seus riscos contingenciais, com base em fundamentos jurídicos, econômicos e tributários. A avaliação desses riscos objetiva classificá-los da melhor forma segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade, dentre as seguintes alternativas de classificação de perda: prováveis, possíveis ou remotas.

As obrigações legais são reconhecidas nas Demonstrações Contábeis, independente da avaliação de perda, visto que uma obrigação originada em lei só pode ser tratada como perda remota ou possível se houver um fato específico que suporte esse julgamento, como, por exemplo, uma jurisprudência pacificada.

As provisões para ações judiciais prováveis são 100% provisionadas e correspondem às incertezas que, a depender de eventos futuros, poderão ter impacto na situação financeira da Entidade. A movimentação está demonstrada a seguir:

Descrição	Provisões			2017
	2018	Constituição/ (Reversão)	Atualização	
Ações Trabalhistas ^(a)	12.525	643	404	11.478
Ações Cíveis ^(b)	3.480	615	63	2.802
Ações Tributárias ^(c)	154.350	47	3.316	150.987
Total das Ações Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	170.355	1.305	3.783	165.267

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis



Economus - Instituto de Seguridade Social**Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017***(Em milhares de Reais)*

- (a) **Trabalhistas:** processos relativos a reclamações trabalhistas de ex-empregados, cobertura médica, reparação por danos morais e manutenção de beneficiários nos planos Feas e EcoSaúde II, litígios sobre o valor das contribuições aos planos, cujo valor totalizou R\$ 12.525, em 2018 (R\$ 11.478, em 2017).
- (b) **Cíveis:** referem-se a ações judiciais cíveis, cobertura médica e reparação por danos morais, provisionadas com base na opinião dos advogados responsáveis pelos processos, classificadas como perdas prováveis. O saldo provisionado em 2018 é de R\$ 3.480 (R\$ 2.802, em 2017).
- (c) **Tributárias:** referem-se às discussões judiciais relacionadas à exigibilidade de tributos e discussões de autuações fiscais decorrentes de entendimentos das Autoridades Fiscais a respeito da incidência de tributos e cumprimento das obrigações acessórias:
- PIS e Cofins de 2006:** em 2006 o Economus impetrou Mandado de Segurança questionando a exigibilidade do PIS e da Cofins, obtendo liminar para depositar judicialmente os valores apurados a partir da data do ajuizamento. Contabilmente, está provisionado o valor de R\$ 16.127 (R\$ 16.080, em 2017).
 - PIS e Cofins de 1996 a 2000:** autos lavrados pela Receita Federal do Brasil (RFB), questionando incidência e bases de recolhimento referentes aos exercícios de 1996 a 2000. Após o trâmite da discussão na instância administrativa, o Economus ajuizou, em 2002 ação anulatória com pedido de antecipação de tutela. A ação foi julgada procedente em agosto de 2008, tendo a União recorrido da decisão em janeiro de 2009. O recurso de apelação da União foi julgado procedente, sendo que o Economus interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente. O processo teve sua tramitação suspensa até que o Supremo Tribunal Federal julgue processo afetado em repercussão geral. Contabilmente, está provisionado, em 2018, o valor R\$ 135.917 (R\$ 132.662, em 2017).
 - INSS:** autos de infração lavrados em 2004 e 2007, relacionados às contribuições previdenciárias de caráter normal, serviços remunerados às cooperativas e divergência entre valores recolhidos e informados na GFIP. Assessoria jurídica especializada foi contratada para impugnação dos autos. Contabilmente, está provisionado, em 2018, o montante de R\$ 2.306 (R\$ 2.245, em 2017).

13.3 Passivos para Ações Cíveis e Trabalhistas - Possíveis

O Economus possui ações cíveis e trabalhistas, cujo objeto trata de assistência à saúde, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados como possível, no montante de R\$ 387.723 (R\$ 353.326, em 2017) para as ações cíveis e R\$ 1.294 (R\$ 1.176, em 2017) para as trabalhistas, respectivamente. Esses processos, classificados com probabilidade de perda possível, referem-se a ações cujo objeto é recomposição do patrimônio, inclusão de dependentes e agregados aos planos médicos, cobertura dos procedimentos médicos, materiais, custos de internação, reembolso de procedimento, manutenção de condições originárias, discussão sobre contribuições e indenizações por danos morais.

13.4 Depósitos Judiciais e Tributários

Os depósitos judiciais e tributários do Economus estão correlacionados às provisões e passivos contingentes. São garantidores de potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são registrados no ativo não circulante até que seja proferida decisão judicial, determinando o levantamento destes depósitos por uma das partes envolvidas.

Economus - Instituto de Seguridade Social
Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Descrição	Depósitos Judiciais			
	2018	Constituição/ (Reversão)	Atualização	2017
Ações Trabalhistas	6.988	(35)	404	6.619
Ações Cíveis	1.143	89	63	991
Ações Tributárias	154.321	-	3.316	151.005
Total dos Depósitos Judiciais	162.452	54	3.783	158.615

14 Patrimônio Social

O Patrimônio Social é composto pela incorporação dos superávits e déficits apurados em cada exercício social. O Economus não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado.

15 Demonstração do Patrimônio Social Ajustado e Margem de Solvência

Patrimônio Mínimo Ajustado

De acordo com o art. 3º, da RN nº 209/2009 e alterações posteriores, o Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA), representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social da Operadora de Planos de Saúde, ajustado por efeitos econômicos na forma da regulamentação do disposto no inciso I, do artigo 22, calculado a partir da multiplicação do fator 'K' (38,39% no caso do Economus), obtido em tabela anexa à norma, em que são definidos coeficientes, de acordo com a região de atuação da operadora, pelo capital base de R\$ 8.503 (R\$ 8.146, em 2017). Em 31 de dezembro de 2018, foi observado o limite mínimo de patrimônio, multiplicado pelo fator K. A seguir, estão demonstrados os cálculos do Patrimônio Mínimo Ajustado.

Descrição	2018	2017
Capital-Base do Patrimônio Mínimo Ajustado	8.503	8.146
(x) Fator K	38,39%	38,39%
(=) Patrimônio Mínimo Ajustado	3.264	3.127
Capital Requerido	3.264	3.127

O capital para a gestão assistencial do Economus está em conformidade com o limite mínimo estabelecido pelo PMA, pois, ao fim do exercício 2018, seu capital totalizou R\$ 187.666 (em 2017, R\$ 239.504).

Margem de Solvência

A partir de janeiro de 2014, as operadoras ficam submetidas à Margem de Solvência, a fim de verificar a capacidade do patrimônio necessário para operar no mercado de saúde.

Regulamentada pela RN nº 209/2009 e alterações posteriores, a Margem de Solvência representa a manutenção do patrimônio líquido superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, dos dois o maior.



Economus - Instituto de Seguridade Social
Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Descrição	2018	2017
Patrimônio Líquido	187.666	239.504
Patrimônio Líquido	187.666	239.504
Margem de Solvência (maior entre 'A' ou 'B')	59.630	54.930
A - Contraprestações Líquidas (12 meses)	31.852	33.541
A ¹ - 50% das Contraprestações Líquidas Planos Pós-estabelecidos	105.080	112.494
A ² - 100% das Contraprestações Líquidas Planos Prestabelecidos	54.181	55.211
(=) Total das Contraprestações Líquidas (A ¹ + A ²)	159.261	167.705
20% sobre as Contraprestações Líquidas	31.852	33.541
B - Eventos Indenizáveis Líquidos (36 meses)	59.630	54.930
B ¹ - Média anual 50% do total de Eventos Indenizáveis Pós-estabelecidos	129.201	117.092
B ² - Média anual de 100% do total de Eventos Indenizáveis Prestabelecidos	51.497	49.364
(=) Total das Contraprestações Líquidas (B ¹ + B ²)	180.698	166.456
33% sobre a média anual dos Eventos Indenizáveis	59.630	54.930
Solvência Apurada	128.035	184.574

A ANS determina em seus normativos a constituição total da margem de solvência total até 2024, sendo que em 31 de dezembro de 2018, a obrigação é constituir pelo menos 60/120 desta margem. Porém foi demonstrado o valor integral constituído de R\$ 59.630 (em 2017, R\$ 54.930).

16 Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde
Composição Consolidada das Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde

Descrição	2018	2017
Contribuições Líquidas ^(a)	254.224	269.066
Receitas com Administração dos Planos ^(b)	11.178	11.134
Total das Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência	265.402	280.200

(a) Valores das receitas do patrocinador e do participante a título de contraprestação emitida pelos planos de Assistência à Saúde.

(b) São registrados os valores das receitas correspondentes à administração dos planos assistenciais.

17 Eventos Conhecidos ou Avisados
a. Eventos Indenizáveis Líquidos Consolidados (Despesas Assistenciais)

Descrição	2018	2017
Eventos Indenizáveis ^(a)	344.497	329.431
Consultas	19.717	17.945
Exames	54.709	55.704
Terapias	6.418	7.677
Internações	185.421	175.804
Outros Atendimentos Ambulatoriais	76.547	69.623
Demais Despesas Assistenciais	-	(59)
Sistema Único de Saúde (SUS)	1.470	1.859
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados (Peona)	215	878
(-) Recuperação de Eventos Indenizáveis ^(b)	(28.134)	(5.635)
Total dos Eventos Indenizáveis Líquidos	316.363	323.796

(a) Eventos Indenizáveis: registram os valores dos eventos conhecidos e indenizações de todos os gastos com procedimentos médico-hospitalares prestados a beneficiários dos planos Plus, Plus II, PAMC, Básico, Feas PAMC, Feas Básico, Novo Feas, EcoSaúde II e Economus Família.

(b) Recuperação de Eventos Indenizáveis: são registrados os valores de eventos de assistência médico-hospitalar recuperados por glosas e coparticipação.

Economus - Instituto de Seguridade Social
 Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

b. Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido – Planos Coletivos por Adesão Pós Lei

O plano coletivo por adesão do Economus Família firmado posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço preestabelecido, está demonstrado no quadro abaixo e está contida em rubrica própria no custo da atividade.

	2018							2017	
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	SUS	Total	Total
Rede Contratada	2.302	6.424	768	32.479	9.829	-	-	51.802	55.063
Reembolso	3	2	2	-	4	-	-	11	37
TOTAL	2.305	6.426	770	32.479	9.833	-	-	51.813	55.100

18 Despesas Administrativas

A Entidade registra seus gastos administrativos de forma segregada, dentro de um modelo denominado Plano de Gestão Administrativa (PGA). O PGA está suportado por regulamento próprio aprovado pelo Conselho Deliberativo do Economus em 06 de dezembro de 2011.

De acordo com as normas publicadas pela Previc, todas as despesas administrativas contabilizadas no PGA atribuídas à administração assistencial, são reembolsadas integralmente pelos planos de assistência à saúde.

Descrição	2018	2017
Despesas com Pessoal Próprio ^(a)	19.070	19.928
Despesas com Serviços de Terceiros ^(b)	5.112	5.141
Despesas com Localização e Funcionamento ^(c)	2.036	2.426
Despesas com Tributos ^(d)	313	296
Despesas com Multas Administrativas ^(e)	196	198
Despesas Administrativas Diversas ^(f)	476	574
Total das Despesas Administrativas	27.203	28.563

(a) Despesas com Pessoal Próprio: as despesas com pessoal próprio são originalmente registradas no Plano de Gestão Administrativo (PGA), sendo transferidas à Gestão Assistencial de acordo com os critérios de segregação preestabelecidos. O saldo é composto conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2018	2017
Salários	12.399	13.068
Encargos	3.143	3.538
Bonificações / Benefícios	3.528	3.322
Total das despesas com Pessoal Próprio	19.070	19.928

(b) Despesas com Serviços de Terceiros: são representadas pelos serviços contratados de terceiros, tais como: consultoria técnica, serviços de conectividade, temporários e terceirizados, honorários advocatícios, entre outros.

(c) Despesas com Localização e Funcionamento: correspondem às despesas básicas para manutenção das atividades da empresa. Nesse subgrupo, são registradas despesas com água, aluguel, luz e telefone.

(d) Despesas com Tributos: referem-se às despesas com impostos, taxas e similares, como IPTU, taxa de saúde suplementar e outras contribuições fiscais.

(e) Despesas com Multas Administrativas: instituído pela RN 418/2016, correspondem às despesas de multas aplicadas pela ANS.

(f) Despesas Administrativas Diversas: correspondem às despesas não classificáveis nas demais contas de despesas administrativas, tais como: despesas judiciais, jornais e revistas, multas, entre outras.

Economus - Instituto de Seguridade Social
Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

19 Partes Relacionadas

As partes relacionadas do Economus podem ser assim consideradas: dos beneficiários e dos mantenedores (Banco do Brasil S.A. e Economus), cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para oferecimento dos planos assistenciais para seus empregados.

São realizadas transações bancárias com o patrocinador Banco do Brasil S.A., tais como: depósitos em conta corrente, depósitos judiciais, aplicações financeiras e serviços de cobrança. Referidas transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as do mercado.

Remuneração da Administração

O Economus considerou como pessoal-chave da administração os integrantes da Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo. Os valores com os benefícios de curto prazo no exercício de 2018 somaram R\$ 1.684 (R\$ 2.162, em 2017).

20 Instrumentos Financeiros Ativos

Os instrumentos financeiros estão restritos às aplicações financeiras, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos e encontram-se classificados, conforme abaixo:

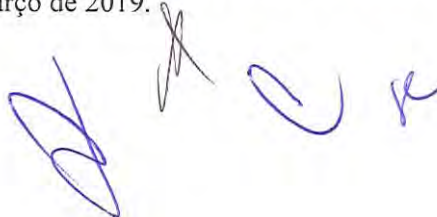
- **Aplicações financeiras:** estão demonstradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos em linha com as melhores práticas de precificação adotadas pelo mercado financeiro. Os ativos financeiros foram adquiridos levando-se em consideração as condições e premissas estabelecidas pela Política de Investimentos vigente à época, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

21 Instrumentos Financeiros Derivativos

Durante os exercícios de 2018 e de 2017, o Economus não realizou diretamente operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

22 Aprovação das Demonstrações Contábeis das Informações Suplementares da Gestão Assistencial

As Demonstrações Contábeis das Informações Suplementares da Gestão Assistencial foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, em 28 de março de 2019.



Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

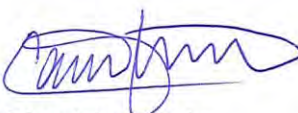
De acordo com as demonstrações e notas explicativas detalhadas acima referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.



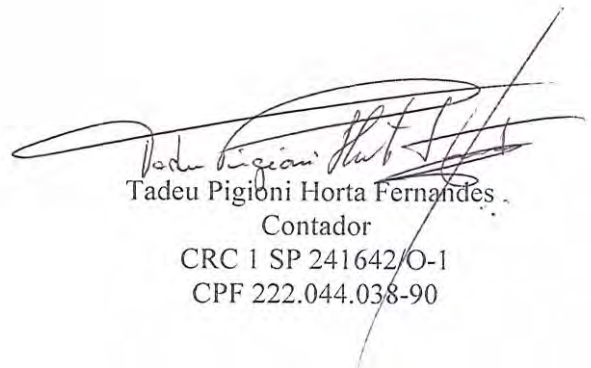
Adilson Nascimento Ferreira
Diretor Superintendente
CPF 626.989.406-97



Gilmar Ferreira
Diretor de Administração Substituto
CPF 295.863.991-68



Mauricio Messias
Diretor de Seguridade
CPF 097.549.218-73



Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90